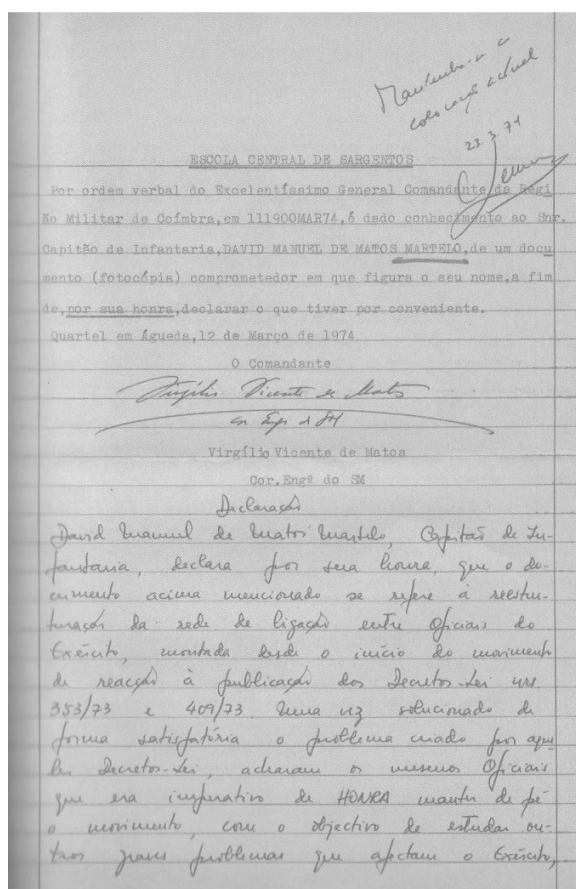


DE MARÇO A ABRIL DE 1974

Conferência proferida na Comissão Portuguesa de História Militar,
em 25 de Março de 2024, no âmbito de um ciclo dedicado ao
50.º aniversário da Revolução dos Cravos

Em 5 de Março de 1974, desloco-me a Cascais para participar naquela que viria a ser a última reunião plenária, antes de 25 de Abril. Enquanto a sociedade portuguesa se agita com a leitura de *Portugal e o Futuro*, o Movimento apresenta aí o primeiro documento de conteúdo político e programático. Finda a reunião, regresso a Águeda, à Escola Central de Sargentos, a minha unidade, sem saber bem se acabara de ver um copo meio-cheio ou meio-vazio. Na manhã do dia 8, sexta-feira, sou chamado ao comandante, coronel Virgílio de Matos. Visivelmente surpreendido, anuncia-me que recebera uma mensagem que ordenava a minha transferência para o BC 3, em Bragança. Apesar de ser um oficial de tipo prussiano, tinha tido com ele, após a reunião de Alcáçovas, algumas conversas sobre a contestação que os capitães faziam aos DL 353 e 409. Quando me perguntou se eu sabia a razão da transferência, respondi que seria por causa do meu envolvimento nesse processo. Como sempre denotara grande respeito por mim, despedimo-nos com amizade e fui à secretaria levantar a guia de marcha. Partiria para Bragança na segunda-feira, dia 11. Seguidamente, reuni os meus artigos pessoais e fui para o Porto, para casa da minha mãe, onde passaria o fim-de-semana.



Cerca da meia-noite, recebo um telefonema da Escola a notificar-me que deveria apresentar-me no quartel, porque a unidade passara ao estado de prevenção rigorosa. Não imediatamente, vim a saber que a prevenção se devia ao “rapto” que o Movimento executara de outros dois capitães (Vasco Lourenço e Antero Ribeiro da Silva) que haviam, igualmente,

recebido ordem de transferência. Os dias 9 e 10, sábado e domingo, deram tempo ao comandante para interceder por mim junto do QG da RM de Coimbra. Fui, então, confrontado com uma cópia do documento da rede de ligação do Movimento, no qual constava o meu nome, sendo instado a declarar por escrito, POR MINHA HONRA, o que tivesse por conveniente. Em 2009, o coronel Sousa e Castro, que tivera acesso a este meu processo no pós-25 de Abril, publicou na sua obra *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, o fac-simile de um excerto das minhas declarações (V. cópia na página anterior). Posso, assim, referir com rigor, que, relativamente ao documento que me foi apresentado, declarei que o mesmo se referia «à reestruturação da rede de ligação entre oficiais do Exército, montada desde o início do movimento de reacção à publicação dos Decretos 353/73 e 409/73» e que, resolvido o problema, «acharam os mesmos oficiais que era imperativo de HONRA manter de pé o movimento, com o objectivo de estudar outros graves problemas que afectam o Exército, no momento extremamente grave que vivemos».¹

Foi o bastante para que o Ministro do Exército determinasse a anulação da transferência. No fim-de-semana seguinte, 16 e 17 de Março, voltámos à situação de prevenção rigorosa, desta vez por causa da saída da coluna do RI 5, nas Caldas da Rainha. Em Águeda, ficámos surpreendidos e tristes pelas notícias desse dia, na rádio e na televisão, pois não recebemos qualquer explicação da parte do Movimento.

Março termina com camaradas presos e vários outros transferidos de unidade. Era forçoso não desanimar e reconhecer que mantínhamos todas as condições de sucesso. Em Águeda, os oficiais já comprometidos com o Movimento decidem levar a efeito uma reunião com cerca de meia-dúzia de professores que nos pareciam merecer uma abordagem sobre o que estava a ser preparado. Nessa memorável reunião, foi possível identificar sinais de apoio, receios ou plena discordância relativamente à possibilidade de um golpe militar para derrube do regime, mas foi imediatamente perceptível que não seríamos denunciados.

Entretanto, termina o segundo período de aulas e iniciam-se as férias da Páscoa (domingo de Páscoa seria em 14 de Abril). Vou para o Porto e volto a contactar os oficiais da guarnição que pertencem ao Movimento. Perante a minha disponibilidade, pedem-me para me deslocar a Trás-os-Montes e contactar alguns oficiais do RI 13, em Vila Real, do BC 10, em Chaves, e do BC 3, em Bragança, com a finalidade de lhes garantir que o Movimento não ficara comprometido pelo insucesso de 16 de Março. Assim, na sexta-feira, dia 5 de Abril, saio bem cedo do Porto, ao volante do meu carro, e vou directo a Vila Real. Ao chegar junto do quartel constato que está uma pequena multidão nas imediações da porta-de-armas. São familiares dos soldados-recrutas que, daí a pouco, vão prestar o seu Juramento de Bandeira. Estaciono o carro e, depois de identificado, entro no quartel. Aproveito aqueles minutos que antecedem a cerimónia para procurar chegar à fala com os oficiais que me haviam indicado, alguns dos quais conheço relativamente bem, como é o caso dos capitães Mascarenhas e Passos. A conversa é rápida e fico convencido de que os camaradas de Vila Real continuam ligados ao Movimento. Em determinado momento, acompanho um dos oficiais para junto do edifício do Comando e acabo por “dar nas vistas”. Estou à paisana e sou apresentado ao brigadeiro 2.º comandante da RMP como sendo oficial da ECS, em férias e de passagem por Vila Real. Preferia que esse encontro não tivesse acontecido, mas já não havia remédio.

Sigo para Chaves, com o objectivo de contactar o major Santos Preto, que não conhecia, mas que os camaradas do Porto haviam presumido como “contactável”. Vem ao meu encontro, muito desconfiado e sem me dar a oportunidade para grandes explicações. Em menos de cinco minutos estou de novo fora do quartel. Um completo insucesso, pensei eu.

Prossigo para Bragança. No BC 3 estou mais à vontade, porque está lá um oficial do meu curso, o capitão Moura Carneiro. As conversas são feitas com discrição, mas sem constrangimentos. Ao findar desse dia 5 de Abril, estou de regresso ao Porto.

¹ CASTRO, Rodrigo S., *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, p. 85.

O encontro de Vila Real com o brigadeiro da RMP teve imediatas consequências, como se pode ver pelo documento seguinte.

REGIÃO MILITAR DO PORTO
QUARTEL GENERAL
2.ª REPARTIÇÃO 2.ª SECÇÃO
N.º 949 PROC. 2.04.60 PORTO, 06 de Abril DE 1974

O SR. CHEFE DA REPARTIÇÃO DO GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO
P/CONHECIMENTO LISBOA-2
AO SR. CHEFE DA REPARTIÇÃO DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO - LISBOA

ASSUNTO: PRIVACIDADE DE CAP. B.C.10

REFERENCIADA a presença do Cap. Martelo, da B.C.
Sargento B.C.3, no R.I.13 e no B.C.10.
Está no gozo de licença.
Contactou no B.C.3 com o Cap. Moura Carneiro e, segundo o
Comandante, Maj. Fernando Gomes, tratou-se apenas de viagem de recreio
dado que o Cap. Martelo passou parte da sua vida em Bragança.
Contactou no R.I.13 com o Cap. Salomão Mascarenhas, O Co-
mandante do Regimento, que soube da conversa, referiu parecer-lhe que
os Capitães continuam com actividades clandestinas e a manter contacto
entre si com a finalidade de:
- Libertarem os Oficiais presos que tomaram parte no movi-
mento das Caldas da Rainha;
- Derrubar o Presidente da República.
No R.I.13 procurou ainda saber quantos Capitães havia no
B.C.10.
Seguiu de Vila Real para o B.C.10 onde contactou com o Ma-
jor Santos Preto. Segundo este Oficial refere, a conversa, embora envolva-
se algumas referências aos acontecimentos passados, não abordou quais-
quer intenções de acções presentes ou futuras dos Capitães.
Afigura-se a este Comando que o Cap. Martelo continua com
as actividades que já lhe eram conhecidas e que parece conveniente co-
nhecer-lhe a situação que lhe impeça ou limite esta liberdade de movimentos

O COMANDANTE DA REGIÃO MILITAR DO PORTO
Eduardo Joaquim Macaluso Almeida Martins Soares
GENERAL
CONFIDENCIAL

9 Abr. 1974
Distribuição 101-054-000

Poucos dias depois, ainda no gozo de férias escolares, recebo um telefonema da Escola, que me convoca para ir ao quartel. Admito que serei preso, pelo que peço ao capitão Lucena Coutinho, que também é professor na Escola e oficial do Movimento, para me acompanhar no seu carro, de modo a poder difundir a notícia da minha prisão, se a mesma se concretizar.

Aguarda-me o segundo-comandante, incumbido de me ouvir, em processo de averiguações, por causa do meu périplo por Trás-os-Montes. A diligência decorre sem constrangimentos e lá expliquei que tinha juntado a vontade de fazer turismo à luta pelo prestígio do Exército. Assinei os autos e fui ter com o Lucena Coutinho ao alojamento dos oficiais, fora do quartel. Desta, tinha-me saído sem prejuízo imediato. Estava mal visto, mas livre.

Em 23 de Abril de 1974, tanto eu como os restantes professores da ECS que estavam a par da conspiração sabíamos que se aproximava a data do golpe militar. Estávamos “de prevenção”, aguardando “ordens”. Como a ECS não tinha tropas, a participação dos implicados far-se-ia noutras unidades. Só não sabíamos para onde enviariam os 5 oficiais cujas características profissionais mais se adequavam às missões do Dia Libertador.

Como era natural que me encontrasse vigiado, o meu comportamento não deveria revelar qualquer alteração no ritmo de vida habitual. Foi assim que, após o jantar de 23 de Abril, fui participar num campeonato de *bridge*, num pequeno clube local, só recolhendo ao apartamento da Escola, onde pernoitava, já depois da meia-noite.

Na manhã de 24 de Abril, dei uma aula logo no primeiro “tempo”, finda a qual vim à parada juntar-me a um pequeno grupo de professores, exclusivamente constituído por membros do Movimento. Foi então que um deles me disse, quando me aproximei: “É hoje!”

Na noite anterior, enquanto jogava *bridge*, chegara o mensageiro do MFA com as ordens que nos diziam respeito. Fiquei a saber que, dos 5 oficiais comprometidos, 1 iria para Aveiro e 4 para a Figueira da Foz. A guarnição militar da Figueira da Foz possuía duas unidades importantes: o Regimento de Artilharia Pesada 3 e o Centro de Instrução de Condução-Auto n.º 2. Eu seria o único a ir para o CICA 2, onde, por ser o mais “antigo” dos revoltosos na guarnição figueirense, asseguraria o “comando militar”.

A nossa ida para a Figueira da Foz constituía um reforço de duas unidades onde havia poucos oficiais do Movimento. No RAP 3, durante muito tempo, só havia 1. Poucas semanas antes, fora para lá transferido o capitão Dinis de Almeida, por motivos político-disciplinares. No CICA 2, a situação era idêntica. Um dos oficiais do Centro de Instrução de Operações Especiais de Lamego, implicado no clima de agitação que antecederia o golpe de 16 de Março – capitão Sousa Ferreira – chegara à unidade havia cerca de um mês, juntando-se ao único capitão da unidade da nossa inteira confiança, o capitão Rocha Santos. Este oficial iria comandar uma companhia que, juntamente com uma bateria do RAP 3, se inseriria na coluna da Região Militar de Coimbra, incluindo tropas de Aveiro e de Viseu. Marchariam sobre Lisboa, tendo como objectivo intermédio o Forte de Peniche.

Era este o planeamento, mas havia que aguardar dois sinais a transmitir pela rádio. Às 22.55, nos Emissores Associados de Lisboa, o locutor diria: são 22h55m, pondo no ar a canção de Paulo de Carvalho “E depois do adeus”; na hora seguinte, seria de esperar outro sinal, na Rádio Renascença, através da reprodução de “Grândola Vila Morena”, interpretada por José Afonso. Separámo-nos para cada um ir cumprir as suas responsabilidades docentes, todos muito cientes de que não podíamos denunciar qualquer alteração da rotina. Os outros 4 oficiais eram os capitães Lucena Coutinho, Ferreira da Cal e Góis Moço e o tenente Luís Garcia. Enquanto Lucena Coutinho se deslocaria sozinho a juntar-se à coluna de Aveiro, do capitão Pizarro, os restantes iriam no meu carro para a Figueira da Foz.

O resto do dia decorreu, portanto, em aparente normalidade.

Às 22.55, conforme previsto, ouvimos o sinal emitido pelos Emissores Associados de Lisboa. Conforme combinado, depois da meia-noite fui recolher, sucessivamente, o Garcia, o Moço e o Cal. Não tardámos a ouvir o segundo sinal – a “Grândola Vila Morena” –, o que nos reforçou a confiança, isto é, de que se tratava de algo com bom planeamento e organização.

Chegámos à Figueira da Foz poucos minutos depois da 1 hora. Estacionei o carro debaixo de umas árvores da praça fronteira ao quartel do RAP 3 e ficámos à espera de que alguém viesse do quartel à nossa procura. Sobre essa demora, viemos mais tarde a saber que os dois camaradas do RAP 3 – Dinis de Almeida e Fausto Pereira – estavam a proceder à detenção do comandante da unidade, coronel Figueiredo, o qual pernoitava no quartel.

Entretanto, a demora era já tão longa que um dos capitães de artilharia que estavam comigo (Cal ou Moço, já não estou certo) se atreveu a sair do carro e a ir bater ao portão do quartel. O capitão Fausto Pereira não tardou a aparecer, informando-nos de que o comandante acabara de ser detido e o quartel nos pertencia. Entraram, então, os dois capitães de artilharia e o tenente Garcia. Já sozinho, andei algumas centenas de metros e aponte os faróis do carro ao portão do CICA 2. Ali me esperava o Sousa Ferreira, já avisado, pelo telefone, pelo Fausto Pereira. Depois de um abraço emocionado, fui-me uniformizar, vindo assistir aos preparativos da companhia que se aprestava para sair, sob o comando do capitão Rocha Santos.

Após a saída da coluna, ficámos na sala de oficiais, eu, o Sousa Ferreira e mais alguns oficiais milicianos, entre os quais o aspirante miliciano Jaime Gama, futuro Presidente da Assembleia da República. Foi o período em que cada minuto se prolongava de forma exasperante. Estávamos instruídos no sentido de ouvirmos o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional e a RTP, pois através das suas emissões é que tomaríamos conhecimento da evolução da operação “Fim-Regime”.

Finalmente, cerca das 04.20, acompanhadas por uma enorme ovação dos oficiais presente na sala, surgiram as primeiras informações em nome do Posto de Comando do MFA,

através da emissão do RCP. Pedia-se calma à população e aos médicos que acorressem aos hospitais. Pelas 04.45, um segundo comunicado envia uma mensagem à GNR e PSP, no sentido de se não intrometerem nas operações em curso. Daí em diante vão sendo difundidos novos comunicados. Lembro-me de que aos primeiros alvares, passa junto da janela da sala de oficiais, junto á rua, um jovem de uns 16 anos, com um saco (de pão?), que acena com o saco e um sorriso do tamanho do mundo. Sinto os primeiros “piquinhos” nos olhos.

Os esclarecimentos de teor político dos comunicados vão aumentando, deixando perceber as finalidades do MFA. Cerca das 08.30, é lido o primeiro comunicado através da EN, sinal de que mais um objectivo importante estava em poder dos revoltosos. Nenhuma estação de rádio estava a opor-se à movimentação militar, indício da fraqueza da resistência. Pouco antes do meio-dia, o RCP informa que o Movimento das Forças Armadas controla todo o país e de que, em breve, chegará a hora da libertação. Na Figueira da Foz, entretanto, ignorávamos tudo quanto se passava no Terreiro do Paço, entre as forças de Salgueiro Maia e as de Cavalaria 7. Só cerca das 18.20 o RCP dá conta da evolução da situação, nomeadamente da chegada do general Spínola ao quartel do Carmo, onde receberia a rendição simbólica de Marcello Caetano. Finalmente, cerca das 18.40, a RTP anuncia a emissão de um telejornal especial e é lida a primeira declaração do MFA.

Politicamente, o dia 25 de Abril teve 26 horas. De facto, para os militares dos quartéis da Figueira da Foz, após as notícias da rendição de Marcello Caetano, faltava o último acto: conhecer as caras da Junta de Salvação Nacional e o teor da sua primeira declaração política. Os ecrãs de televisão trouxeram-nos essa informação cerca das 01.30 da madrugada. Para além dos generais Costa Gomes e António de Spínola, eram geralmente desconhecidos os restantes cinco membros.

Então, foi com alguma surpresa que, ainda antes da divulgação da versão definitiva do Programa do MFA, os portugueses – e, muito especialmente, os oficiais empenhados no movimento – ouviram as primeiras palavras do general Spínola, na sua qualidade de presidente da Junta de Salvação Nacional:

Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

*Garantir a sobrevivência da Nação soberana **no seu todo pluricontinental**; [...]*

Disse para comigo: como é que ele pode garantir semelhante futuro?

Vai haver chatices, pensei. Mas, enfim, estava feito o mais difícil e era hora de ir descansar. Estava feliz, mas algo intranquilo. Na minha inocência política, quis ter esperança em que tudo se iria conciliar. Anos depois, apercebi-me de como tinha razão o major Melo Antunes ao afirmar:

A maioria dos oficiais participou num golpe militar, num pronunciamento militar, sem saber que estava a desencadear uma revolução.²

David Martelo – Março de 2024

² ANTUNES, E. Melo, *A Descolonização portuguesa: mitos e realidades*, In “História de Portugal” (Dir. Prof. João Medina), Vol. XIV, p. 182.